

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

PSICOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UMA SUBDISCIPLINA NECESSÁRIA PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?

INFORMATION PSYCHOLOGY: A NECESSARY SUBDISCIPLINE FOR INFORMATION SCIENCE?

Claudio Paixão Anastácio de Paula – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: a Psicologia da Informação é proposta como uma subdisciplina emergente na Ciência da Informação, focada na interseção entre processos psicológicos, cognitivos e informacionais. Este artigo discute sua necessidade e viabilidade, baseando-se em conteúdos desenvolvidos em um curso de pós-graduação homônimo, adotando uma abordagem teórico-ensaística com fundamentação pragmatista e referenciais das ciências cognitivas e da psicologia social. Entre os temas centrais explorados estão os tipos de consciência (corporal, teoria da mente e metacoscência), mecanismos de motivação, dissonância cognitiva, categorização e vieses atributivos, destacando como esses elementos influenciam a relação dos sujeitos com a informação. Argumenta-se que a subdisciplina pode sistematizar um corpo teórico disperso, oferecendo ferramentas para compreender fenômenos como desinformação, apatia informacional e vulnerabilidades cognitivas. Os resultados indicam que a integração orgânica desses conhecimentos pode enriquecer práticas informacionais em contextos educacionais, sociais e tecnológicos, além de fortalecer a resposta da Ciência da Informação aos desafios éticos da era digital. Conclui-se que a Psicologia da Informação, ao articular dimensões subjetivas e cognitivas, amplia a compreensão dos fenômenos informacionais, justificando sua institucionalização como subárea autônoma.

Palavras-chave: psicologia da informação; cognição; comportamento informacional.

Abstract: information Psychology is proposed as an emerging subdiscipline within Information Science, focusing on the intersection of psychological, cognitive, and informational processes. This article discusses its necessity and feasibility, drawing on content developed in a graduate-level course of the same name. A theoretical-essayistic approach is adopted, grounded in pragmatist philosophy and informed by frameworks from cognitive sciences and social psychology. Key topics explored include types of consciousness (bodily awareness, theory of mind, and metacognition), motivational mechanisms, cognitive dissonance, categorization, and attributional biases—emphasizing how these elements shape individuals' relationships with information. The article argues that this subdiscipline can systematize a currently scattered body of knowledge, offering conceptual tools to better understand phenomena such as misinformation, informational apathy, and cognitive vulnerabilities. Findings suggest that the organic integration of these domains may enrich informational practices across educational, social, and technological contexts, while also strengthening Information Science's ethical responses to the challenges of the digital age. It concludes that Information Psychology, by articulating subjective and cognitive dimensions, broadens our understanding of informational phenomena and justifies its institutionalization as an autonomous subfield.

Keywords: information psychology; cognition; information behavior.

1 INTRODUÇÃO

Em um artigo relativamente pouco discutido, Pinheiro (2006) destaca a redução gradual da presença da Psicologia na Ciência da Informação (CI), restringindo-se, na época da escrita, à disciplina "Necessidades e usos da informação". Ainda que o papel de elementos psicológicos seja essencial à discussão da interação dos sujeitos com a informação e elemento central da discussão do comportamento informacional, do uso, das dimensões cognitiva e afetiva da informação e da desinformação, a situação atual parece ser quase a mesma, o que contrasta com a preocupação com a introdução de aspectos psicológicos nos estudos informacionais que marcou boa parte do século XX.

Já em 1934, no *Traité de Documentation*, Paul Otlet (2018) lastreia boa parte das bases para o conceito de "documento", como a totalidade dos artefatos humanos em múltiplos registros e suportes, em fundamentos psicológicos, especialmente nos estudos de Nicolas Roubakine. Este, em sua proposta original de uma Psicologia Bibliológica (Roubakine, 1998), publicada em 1922, antecipou diversas noções que mais tarde integrariam o paradigma cognitivo da CI. Além de sistematizar o conhecimento psicológico de sua época, Roubakine formulou uma definição ampliada de "livro" como qualquer artefato passível de ser "lido" pela inteligência humana, noção que foi essencial para Otlet.

Essas contribuições não apenas ajudaram a constituir o conceito contemporâneo de informação, como também foram retomadas pela tradição bibliológica francesa, especialmente por Robert Estivals e sua escola esquematológica a partir da década de 1960. Ao diferenciar o esquema (enquanto formação mental) de sua manifestação empírica ou imagética (o esquema representado) (Figueiredo; Saldanha, 2018; Saldanha, 2025), essa abordagem forneceu base para caracterizar a CI como uma ciência dos esquemas representados.

Também na década de 1960, destaca-se o trabalho de William Paisley (1968), ao correlacionar perfis sociodemográficos de usuários com padrões de comportamento informacional, contribuindo decisivamente para a institucionalização da CI como campo.

A despeito de toda essa trajetória, e, sendo parte essencial de teorias como a *Information Seeking Behavior* (Wilson, 1999) e nos modelos de busca de informação (Kuhlthau, 1991), cuja leitura da interação dos usuários com sistemas, suas incertezas e

decisões (aspectos críticos para o design de interfaces e serviços de informação) dialogam com conceitos psicológicos –, em autores como Marchionini (1995), cujos estudos sobre interação humano-computador usam a Psicologia Cognitiva na análise de processos mentais de recuperação e na interpretação da informação, e em autores como Nahl e Bilal (2007), que apontam a negligência ao papel das emoções na busca e no consumo informacional pelas abordagens puramente tecnológicas, a temática psicológica continua a ser pouco presente nas formações para a área.

Mesmo a emergência dos fenômenos da desinformação e da sobrecarga informacional exigindo uma compreensão psicológica dos vieses cognitivos e das dinâmicas de compartilhamento (Lewandowsky *et al.*, 2012) não foi suficiente para pautar a essa temática.

Este artigo propõe a reintegração da Psicologia às discussões da área não apenas como enriquecimento das disciplinas "Estudos de Usuários" e "Sistemas de Recuperação da informação", mas como resposta da CI aos desafios éticos e sociais da era digital: uma parte essencial da resposta a um contexto de comportamentos informacionais complexos e novas demandas de uma sociedade digitalmente transformada.

Embora a consolidação da CI como campo interdisciplinar considere múltiplas abordagens da informação como fenômeno social, técnico e cognitivo, a dimensão psicológica da informação, especialmente quanto às formas como os indivíduos a percebem, interpretam, utilizam ou rejeitam, ainda carece de um corpo teórico sistematizado e que considere as especificidades da área. Este artigo sugere a constituição da Psicologia da Informação como subdisciplina da CI como um passo rumo a essa sistematização.

Para que se possa compreender essa proposta, é necessário esclarecer o que constitui uma disciplina científica. Considerar-se-á uma disciplina científica um caminho de aproximação ao saber e à verdade global (Pombo, 2004), inserido em um campo mais amplo, dedicado a investigações sistemáticas e críticas voltadas à compreensão da natureza, das pessoas, de suas construções físicas e mentais e da própria sociedade (Hansson, 2013).

Pombo (2004) identifica sete critérios que distinguem as disciplinas científicas: (1) domínio material ou objeto de estudo; (2) conjunto de fenômenos observáveis; (3) nível de integração teórica; (4) métodos; (5) instrumentos de análise; (6) aplicações práticas; e (7) contingências históricas de origem. Embora não caiba aqui explorar em profundidade a aplicação desses critérios à CI e às suas relações com as noções de ciência-mãe / disciplina fundamental, subdisciplina, especialidade e programa de investigação, é possível considerar a

CI, com sua identidade institucional, comunidade de pesquisadores, publicações e corpo teórico, como uma ciência-mãe ou disciplina fundamental.

Aplicando esse raciocínio à Psicologia, como subdisciplinas correspondem a divisões internas mais especializadas dentro de disciplinas-mães, um leitor estrito poderia considerar um contrassenso propor uma *psicologia da informação* como subdisciplina da CI, argumentando que, justamente por isso, ela deveria ser pensada como subdisciplina da Psicologia.

No entanto, essa possibilidade enfrenta dois obstáculos: (1) os achados sobre a interação entre seres humanos e informação estão dispersos entre subáreas da Psicologia e são, frequentemente, um subproduto estudos maiores; (2) ainda que essa ciência se dedique à compreensão do comportamento humano e dos processos mentais, não demonstra interesse explícito em tratar a informação como um campo autônomo de aprofundamento.

Diante da crescente mediação informacional da vida cotidiana e da urgência imposta por fenômenos como a desinformação e a infodemia, talvez seja o momento de retomar a proposta de Roubakine (1998). Sua *Bibliopsicologia*, centrada na relação entre leitura e psicologia do indivíduo, buscava compreender como o ato de ler influencia o pensamento, as emoções e o comportamento, considerando sempre o texto, o leitor e o contexto social da leitura.

Com base nisso, propõe-se que a CI incorpore uma subdisciplina (a Psicologia da Informação) voltada à análise das interações entre sujeitos ativos e a informação: como esta influencia a cognição e as emoções (e vice-versa), e como essas interações se constroem nos contextos individuais e coletivos, mediadas por diferentes suportes e tecnologias

Essa proposta nasceu da experiência de docência em nível de pós-graduação, onde a disciplina homônima abordou temas como consciência, cognição, motivação, dissonância cognitiva, *fake news* e o papel da estética na relação com a informação a partir da visão das psicologias clássica e contemporânea, das filosofias da mente e da informação, reconhecendo as convergências fundamentais entre esses campos. Uma busca por integrar, de modo orgânico, essas contribuições, delimitando um espaço para o desenvolvimento de pesquisas, práticas e políticas informacionais mais sensíveis aos processos subjetivos dos sujeitos.

2 FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA INFORMAÇÃO

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Enquanto uma subdisciplina da CI, a Psicologia da Informação parte, em seu design, da premissa de que toda relação com a informação é mediada pela subjetividade: se a informação não é neutra, seu processamento não ocorre num vazio emocional ou cognitivo. Os sujeitos informacionais, compreendidos como pessoas localizadas num tempo e espaço histórico, responsáveis, em dupla direção (de dentro e fora, micro e macro, subjetivo e objetivo), pela construção tanto de si quanto da sociedade (Tanus; Berti; Rocha, 2023), trazem consigo estruturas mentais, afetos, crenças e valores que influenciam diretamente a maneira como acessam, interpretam e se apropriam dos dados. Um pressuposto que busca fundamentação em abordagens reconhecidas, estabelecidas e consagradas, como a psicologia social e a psicologia cognitiva, e em outras, que passam por um processo de redescoberta, como a já citada bibliopsicologia.

Nas discussões em sala de aula (ao longo do primeiro semestre de 2024), evidenciou-se a ligação do comportamento informacional com questões como autoestima, pertencimento, repertório sociocultural e estabilidade emocional. Uma ilustração dessa conexão é a de que um indivíduo em situação de insegurança material tende a buscar informações voltadas à resolução imediata de problemas de sobrevivência, em detrimento de reflexões mais amplas ou críticas. Porém, ao contrário do que foi proposto por Barreto (1994), esse indivíduo não restringiria suas buscas às informações relativas à sobrevivência. O que haveria aí seria a premência de uma necessidade informacional dentro de uma hierarquia de outras, porém tão logo essa necessidade por assim dizer, “sobrevivencialista”, fosse parcialmente satisfeita, e sua urgência atenuada, outras necessidades seriam ativadas.

Essa questão, por si só, demonstra a necessidade da constituição de um estudo mais aprofundado da Psicologia da Informação. A perspectiva que Barreto construiu em 1994 foi de uma classificação hierárquica da informação traçada como um paralelo com a ideia, equivocada – ver, por exemplo, Sampaio (2009), Stum (2003), e, Bridgman, Cummings e Ballard (2019) – de que Maslow (1943) concebeu a sua hierarquia das motivações sob a forma de uma pirâmide. Com base nessa referência amplamente popularizada em livros de administração e marketing, ele constrói um modelo piramidal que relaciona as necessidades humanas a certos tipos de comportamentos e, respectivamente, a certos tipos de necessidade informacional. O problema neste raciocínio é à ideia, emprestada da interpretação equivocada da teoria de Maslow por pesquisadores da administração, de que os indivíduos se movimentam da base para o topo de uma pirâmide motivacional passando para os estágios

seguintes somente quando as necessidades do estágio anterior estiverem satisfeitas, o que não procede. Para Maslow (1943) a estrutura dessa busca é estabelecida de uma forma muito mais holográfica onde uma motivação acaba contemplando a ação de outras. Dito de outra forma, uma necessidade x causaria o mesmo desconforto de uma necessidade y, o que haveria de diferente entre as duas seria a urgência da satisfação de uma delas.

Partindo das complexidades decorrentes desse exemplo em específico, pode-se debater a noção de que a função social da informação, como suporte para autonomia, cidadania e engajamento, depende da capacidade do sujeito para lidar com contradições e incertezas constantemente atravessadas por suas necessidades. Capacidade que é, por sua vez, condicionada pelo seu contexto psicológico (individual e coletivo), Villarica (2011); Pillow, Malone e Hale (2015).

3 OS TRÊS TIPOS DE CONSCIÊNCIA E O SUJEITO DO CONHECIMENTO

Um segundo ponto essencial de contribuição que que uma psicologia da informação poderia trazer para a CI é a superação da visão, muito baseada na perspectiva cotidiana, de que a consciência se constitui como um bloco único e facilmente acessível ao escrutínio. A compreensão do sujeito informacional demanda um olhar sobre os tipos de consciência que o constituem. Na discussão proposta dentro da disciplina, com base em Panksepp (1995, 1996, 1998, 2004, 2006) e Panksepp e Biven (2012), adotou-se a tríade consciência do corpo, teoria da mente e metacoscicência, para refletir sobre esse processo. A seguir se apresentam a diferenciação entre esses construtos e sua relevância para o campo informacional.

O que Panksepp (1998, 2012) compreende como consciência do corpo, opera num nível primário da experiência e pode ser caracterizado como produto do funcionamento de estruturas neurais básicas (tálamo, tronco encefálico) que regulam funções vitais (respiração, digestão) em interação com o meio circundante e o faz sem autoconsciência. Ela está presente em recém-nascidos, mas também em organismos diversos, como planárias, insetos, anfíbios, répteis e mamíferos. É responsável pela ocorrência dos processos cognitivos pré-linguístico e automático, que não exigem interpretação consciente, são a base para a sobrevivência, mas não para a reflexão.

Já o segundo nível da consciência, chamado pelo autor de teoria da mente, funciona num nível Intermediário, surge entre 2 e 7 anos, envolve a ação de neurônios-espelho, neurônios que se ativam tanto quando um indivíduo realiza uma ação, como quando observa

outro indivíduo realizando a mesma ação, e é responsável pela ocorrência da empatia implícita, capacidade de sentir e compreender os sentimentos de outra pessoa de forma automática e inconsciente, sem a necessidade de reflexão ou esforço deliberado. Pode ser descrito como uma resposta imediata, um reflexo emocional, que leva os indivíduos a sentirem e compartilharem das emoções alheias de forma intuitiva. Sua maior característica é que ela permite inferir emoções alheias antes mesmo que o sujeito possa adquirir o conceito de "empatia". Um processo cognitivo social e aprendido que requer interação para se consolidar, que fundamenta a compreensão de intenções alheias e a capacidade de cooperar com outros indivíduos.

O último nível é o da metacsciência, descrito por Panksepp (1998, 2012) como um estágio superior de consciência. Estrutura-se por volta dos sete anos de idade e manifesta-se como uma voz interior capaz de refletir sobre experiências passadas e antecipar ações futuras. Antes dessa idade, é comum que as crianças verbalizem suas brincadeiras, indicando os primeiros sinais desse tipo de raciocínio, que posteriormente se consolida como diálogo interno. Tal desenvolvimento está relacionado ao surgimento do *Self*, representação interna do próprio corpo, pensamentos, sentimentos e experiências, e à memória autobiográfica, elementos fundamentais para a construção da identidade. Quando mal delimitada, essa voz interior pode ser interpretada, em quadros psicopatológicos, como vozes ou ideias intrusivas (esquizofrenia), ou, em contextos religiosos, como comunicação divina. Testes de autorreconhecimento indicam a presença desse processo em primatas, golfinhos e corvos. Cognitivamente, ele está ligado ao *loop* fonológico, a repetição mental de frases antes da fala, essencial à linguagem, aprendizagem e pensamento abstrato. Em transtornos como depressão e ansiedade, pode resultar em ruminação desadaptativa. Do ponto de vista evolutivo, essa habilidade favorece o planejamento de ações com base na inferência de estados mentais de outros indivíduos.

Como o título dessa sessão evidencia, esses processos estão diretamente relacionados com o surgimento do sujeito de conhecimento e evidenciam uma relação direta entre a cognição e a interpretação da informação.

Desse modo, essas formas de consciência não são estanques, mas se sobrepõem e se influenciam mutuamente. A formação do sujeito do conhecimento, portanto, passa por processos de amadurecimento psicológico e cognitivo, mediados por fatores sociais e educacionais. O indivíduo em desenvolvimento passa sucessivamente, da consciência do

corpo, que processa informações sensoriais brutas, mas não as interpreta simbolicamente, para a teoria da mente, permite contextualizar informações sociais (como, por exemplo, entender ironia ou sarcasmo), para, finalmente, chegar à metaconsciência, que o habilita à interpretação complexa tanto do seu contexto quanto das informações. Assim, a partir da análise de informações passadas, do projeto de ações futuras e da criação de narrativas internas (memória autobiográfica) o sujeito informacional se torna capaz de pensar sobre o pensar. Elementos centrais não somente como base para a linguagem, já que o *loop* fonológico organiza o pensamento antes da comunicação, mas para sua própria compreensão.

Como nem sempre o recurso da metaconsciência e da teoria da mente são distribuídos e utilizados de maneira homogênea nos grupos de sujeitos informacionais, incorporar o estudo dessa concepção às discussões da CI significa ampliar seu potencial de reconhecimento dos limites e das potencialidades dos interagentes em suas relações com a informação.

4 MOTIVAÇÃO, NECESSIDADES E AÇÃO INFORMACIONAL

Retomando a temática motivacional como um dos elementos impulsionadores da disciplina, é importante recordar que a motivação para agir informacionalmente, seja buscando, compartilhando ou evitando informações, está, como já abordado anteriormente, ligada a sistemas internos de necessidade, desejo e expectativa. O enfoque tradicional da CI, como vimos na discussão de Barreto (1994) tende a tratar essas ações como respostas racionais a demandas explícitas. No entanto, os estudos psicológicos baseados em evidências sobre motivação, ainda que baseados em autores clássicos como Maslow, revisados criticamente na disciplina, mostram que a motivação está enraizada em condições existenciais mais profundas.

Discussões sobre a "inércia do trabalho", desenvolvida a partir das ideias de Maslow (1962, 1965/1998, 1971), ilustra como a precariedade econômica pode comprometer a motivação para buscar conhecimento e informação. Em ambientes onde predomina a luta pela sobrevivência, a capacidade de reflexão e a disposição para a aprendizagem são reduzidas. Isso ajuda a explicar, por exemplo, a adesão a discursos autoritários ou simplificadores que oferecem soluções imediatas, ainda que falsas. Estudos como os de Mullainathan e Shafir (2013), que tem colocado à prova de forma bem-sucedida as conclusões de Maslow (1971), uma obra póstuma, em que ele propõe uma relação entre instabilidade econômica e redução da necessidade de auto realização, identifica uma crise de criatividade

em sociedades desiguais e onde ele sugere o surgimento de uma permeabilidade psicológica ao autoritarismo como consequência da insegurança material que existe na base da estrutura do capitalismo. Tem, também, evocado sua obra de 1965, onde Maslow expande sua teoria da motivação para o ambiente organizacional, discutindo como a precariedade econômica e a insegurança no trabalho impedem a criatividade e a autorrealização.

A retomada da argumentação de Maslow segundo a qual, sem condições mínimas de segurança (econômica e psicológica), os indivíduos entram em um estado de "inércia" (ou estagnação), priorizando a sobrevivência em detrimento do pensamento crítico e da inovação aponta uma contribuição extremamente atual à discussão da adesão e à aceitação das informações associadas à sedução por discursos autoritários ou mesmo da limitação da inovação nesse contexto.

Deste modo, a introdução dessas discussões a partir de uma subdisciplina especializada poderia, além de auxiliar no reconhecimento, por parte de profissionais e pesquisadores da informação, de que a busca informacional é afetada por estados psicológicos e sociais; contribuir para municiá-los com um ferramental adequado para o estabelecimento de diagnósticos mais precisos sobre porque determinados grupos são mais vulneráveis à desinformação ou à apatia informacional.

5 PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS E VIESES NA RELAÇÃO COM A INFORMAÇÃO: atribuição, categorização, viés de retrospectiva e o processo de construção de significados

Como já é de conhecimento da área, a cognição desempenha papel central no modo como os sujeitos interagem com a informação. Todavia, ao contrário de uma visão idealizada da racionalidade humana, diversas pesquisas em psicologia cognitiva demonstram que o processamento mental é fortemente influenciado por atalhos mentais (heurísticas), vieses e dicotomias. Também já tem sido muito discutido que, esses mecanismos, embora úteis do ponto de vista evolutivo, também tornam o sujeito informacional suscetível a distorções.

A disciplina propôs que as discussões fossem além dos principais vieses cognitivos discutidos na área, isso é, além do viés de confirmação, que leva o indivíduo a privilegiar informações que reforçam suas crenças; do viés da negatividade, que torna mensagens ameaçadoras mais impactantes; e do efeito da familiaridade, pelo qual a repetição de uma informação aumenta sua credibilidade, independentemente de sua veracidade. Embora a compreensão desses mecanismos seja essencial para o enfrentamento de fenômenos como a

desinformação e a radicalização digital, as discussões partiram do princípio que outras camadas poderiam ser acrescentadas à discussão.

Uma vez estabelecida, a Psicologia da Informação poderia investigar sistematicamente como os processos cognitivos e sociais moldam a percepção, a interpretação e o uso da informação, com foco em fenômenos como atribuição de causalidade e categorização. Esses mecanismos, estudados pela Psicologia Social, ver Aronson e Gertel (1986) e Miller e Saucier (2018), explicam como as pessoas assimilam diferenças e constroem estereótipos, impactando diretamente a maneira como interagem com informações e sistemas informacionais.

A Teoria da Atribuição demonstra que as pessoas tendem a explicar comportamentos alheios projetando intenções, crenças ou características internas (atribuição disposicional) ou contextuais (atribuição situacional). Esse processo é evolutivamente adaptativo, permitindo decisões rápidas diante de estímulos desconhecidos, mas também gerando generalizações prejudiciais, como estereótipos raciais ou de gênero. Na CI, esse fenômeno é relevante para entender vieses na recuperação de informação (por exemplo a forma como os algoritmos de busca reforçam preconceitos) ou na avaliação de credibilidade (por exemplo como se dá a desconfiança seletiva baseada em atribuições simplistas). Apesar de se saber que a educação formal e a exposição a informações diversas podem mitigar esses efeitos, a aplicação sistemática desse conhecimento, se treinada na disciplina, pode fomentar um campo de estudo voltado para o design de sistemas informacionais mais inclusivos.

Já a Teoria da Categorização mostra que a organização mental de informações depende de referências prévias. Pessoas com menor acesso a diversidade informacional tendem a criar categorias rígidas (o exemplo mais pungente seria o da polarização política ou religiosa), enquanto uma base de conhecimento ampla (desde que crítica) facilita a formação de conceitos flexíveis. Isso tem implicações diretas para a CI, auxiliando a fazer com que sistemas de organização do conhecimento (como tesouros ou ontologias) possam ser pensados de forma a evitar categorizações reducionistas, assim como políticas de alfabetização informacional e de desenvolvimento de competências em informação críticas que promovam a habilidade de lidar com ambiguidades.

Ainda nessa perspectiva, um olhar informacional para a interação social também seria crucial. Estudos indicam que a convivência com diferenças reduz preconceitos ao transformar categorias abstratas (como, por exemplo, "imigrantes") em experiências concretas (como

"meu colega de trabalho"). Esse olhar se refletiria na concepção de ambientes e iniciativas informacionais que incentivem a exposição a perspectivas plurais, como plataformas desenhadas para combater bolhas de filtro ou arquivos digitais que preservam narrativas marginalizadas.

Por fim, a Psicologia da Informação poderia investigar como vieses atributivos e categorizações inadequadas afetam desde a recuperação de informação até a disseminação de desinformação. Referências como os já citados Aronson e Gertel (1986) e Miller e Saucier (2018) sustentam que intervenções baseadas em educação crítica e design de informação são essenciais para romper ciclos de discriminação. Essa subárea, portanto, uniria Psicologia Social e CI para entender, e melhorar, como os seres humanos processam diferenças em contextos informacionais.

Outro aspecto abordado nas discussões foi o viés de retrospectiva, a tendência de reinterpretar eventos passados como mais previsíveis do que realmente foram, ver, por exemplo, Hölzl, Kirchler e Rodler (2002), Fischhoff *et al.* (2005) e Chen (2019). Trata-se de um fenômeno cognitivo com implicações profundas para a CI, especialmente em subáreas como recuperação de informação, análise de dados e gestão do conhecimento. Esse viés, também conhecido como o efeito do "eu sabia o tempo todo" (*knew-it-all-along effect*), revela como a mente humana distorce a memória para criar narrativas coerentes, frequentemente ignorando a aleatoriedade e a complexidade dos fatos (Fischhoff; Beyth, 1975).

Na CI, o viés de retrospectiva pode ser observado na reprodução desse comportamento humano em sistemas de recomendação que reforçam preconcepções (como os algoritmos que priorizam informações alinhadas às crenças prévias do usuário) ou em bases de dados históricas onde eventos são reinterpretados para se ajustarem a narrativas dominantes como os humanos o fariam. A heurística por trás desse viés, como a dificuldade de mensurar intervalos temporais com precisão, explica por que tendemos a vincular causalidades fictícias a eventos desconexos. Isso é crítico para o design de sistemas informacionais, que devem evitar estruturas rígidas de categorização e incentivar a contextualização temporal.

Um exemplo prático que ilustra esse fenômeno é a análise que se faz do liberalismo proposto por Adam Smith, nos círculos econômicos e políticos do ocidente, que o veem como um oráculo criado duzentos anos atrás e que tem sua narrativa atualizada, como no caso das profecias dos videntes desmascarados como charlatões, a cada fracasso para salvaguardar

seus crentes da decepção. A partir dessa postura, economistas, políticos, investidores e analistas frequentemente superestimam a previsibilidade de crises após elas ocorrerem, distorcendo a avaliação de riscos futuros (Hölzl; Kirchler; Rodler, 2002). Da mesma forma, a memória institucional em organizações pode ser contaminada por revisões retrospectivas, onde fracassos são reinterpretados como "inevitáveis" e sucessos como "óbvios".

Por fim, como já sugerido acima, o viés de retrospectiva explica a popularidade de pseudociências e profetismos. Mobilizada por ele, a mente humana passa a preferir narrativas causais simples à complexidade da aleatoriedade. Uma formação básica em Psicologia da Informação poderia ajudar os cientistas da informação a mitigarem as consequências de sua ação, oferecendo-lhes amparo no desenho de estratégias fundamentadas para a promoção de fontes diversificadas e ferramentas críticas, como arquivos abertos que preservem múltiplas versões de um mesmo evento: um campo fértil para entender, e corrigir, as formas como se interpretam as informações no tempo.

6 DISSONÂNCIA COGNITIVA E A INÉRCIA INFORMACIONAL

Embora seja um tema relativamente corrente nas discussões emergentes sobre o fenômeno da desinformação, procurou-se, ao longo da disciplina, dar um tratamento mais robusto ao tema da dissonância cognitiva, enfocando não apenas o conceito em si, mas seus mecanismos subjacentes.

A teoria da dissonância cognitiva foi desenvolvida por Leon Festinger (1957) para descrever o desconforto psicológico gerado quando crenças, comportamentos ou informações entram em conflito. Esse fenômeno tem implicações diretas para a CI, especialmente na recuperação, avaliação e disseminação de informações, além do potencial para explicar vieses em ambientes digitais, desde que a área consiga trabalhar com seus efeitos a partir da compreensão dos seus mecanismos de funcionamento.

Festinger demonstrou que os indivíduos tendem a ajustar suas crenças para reduzir inconsistências cognitivas. Em seu estudo clássico sobre uma seita apocalíptica (Festinger, 1956), quando o "fim do mundo" previsto não se concretizou, os membros reforçaram sua fé, alegando que suas orações haviam evitado a catástrofe. Esse mecanismo também se manifesta em bolhas informacionais digitais, nas quais algoritmos priorizam conteúdos alinhados às crenças prévias dos usuários, reduzindo sua exposição a perspectivas dissonantes (Sherman *et al.*, 2016).

A teoria da dissonância cognitiva mostra que os indivíduos tendem a evitar ou rejeitar informações que desafiem suas crenças ou provoquem desconforto psicológico. Esse mecanismo de proteção do ego ajuda a entender por que informações verdadeiras têm pouco efeito sobre sujeitos que já internalizaram narrativas falsas. Estudos com neuroimagem revelam que, após a detecção de erro, há ativação do córtex frontal posterior medial, o que favorece a manutenção das crenças anteriores (Danielmeier *et al.*, 2011). Isso contribui para a resistência à mudança em ideologias políticas ou religiosas, mesmo diante de evidências contrárias. Assim, mais do que uma questão de acesso, o desafio contemporâneo está nas barreiras emocionais e identitárias à atualização do conhecimento.

O conceito de “inércia informacional”, a resistência psicológica à mudança de opinião, reforçada por vínculos afetivos com certas visões de mundo, também foi debatido. Por se expressar na recusa a vacinas, crenças conspiratórias e adesão à desinformação, mesmo diante de evidências, seu reconhecimento como fenômeno psicológico evidencia a necessidade de estratégias comunicacionais que considerem o tempo subjetivo da mudança e a dimensão emocional dos públicos, aspectos em que a Psicologia da Informação pode oferecer contribuições relevantes.

7 SOBRE A VIABILIDADE DA PSICOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO SUBDISCIPLINA

A articulação dos tópicos discutidos permite defender a proposta de uma Psicologia da Informação como uma subdisciplina legítima e necessária. Seu objeto, os processos psicológicos relacionados à informação, distingue-se de forma clara dos focos tradicionais da CI, ao mesmo tempo em que oferece contribuições significativas para eles. A proposta vai além de incorporar autores ou conceitos isolados da psicologia, e daquilo que Paula (2021) denominou “Campo Informacional”, propondo um campo integrado de estudo com suas próprias problemáticas, métodos e aplicações.

A Psicologia da Informação pode subsidiar diagnósticos mais precisos sobre o comportamento informacional em contextos específicos, qualificar estratégias de mediação, das bibliotecas aos sistemas complexos de informação, e contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Também abre espaço para abordagens interseccionais que considerem os impactos de raça, classe, gênero e deficiência na experiência informacional.

A existência de produções teóricas precursoras, como as da, já citada, bibliopsicologia de Roubakine (1998), somada à demanda social por maior compreensão dos fenômenos

informacionais contemporâneos, sustenta a viabilidade da subdisciplina. Sua institucionalização poderia contribuir para a formação de profissionais e pesquisadores mais preparados para lidar com a complexidade subjetiva da informação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição da Psicologia da Informação como subdisciplina enfrenta dois desafios centrais: o epistemológico, ao organizar um campo ainda disperso (Paula, 2012), e o social, ao oferecer instrumentos para lidar com desinformação, apatia informacional e manipulação simbólica. Ao articular consciência, cognição, motivação e cultura, propõe uma abordagem mais crítica e humanizada da informação. Longe de romper com o campo, sua proposta como subdisciplina o enriquece, ampliando a compreensão do sujeito e fortalecendo a Ciência da Informação como área estratégica frente aos desafios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ARONSON, E.; GERTEL, N. **O animal social**: introdução ao estudo do comportamento humano. São Paulo: Ibrasa, 1986.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n. 4, p. 1-10, 1994. Disponível em: <https://bibliotextos.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/a-questao-da-informac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRIDGMAN, T.; CUMMINGS, S.; BALLARD, J. Who built Maslow's pyramid? A history of the creation of management studies' most famous symbol and its implications for management education. **Academy of Management Learning & Education**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 81-98, 2019.

CHEN, Y.-H. *et al.* Can knowledge of election results change recall of our predictions? Neural correlates of political hindsight bias. **PLOS ONE**, [s. l.], v. 14, n. 10, p. e0220690, 2019. Disponível em: DOI: 10.1371/journal.pone.0220690. Acesso em: 18 maio 2025.

DANIELMEIER, C. *et al.* Posterior medial frontal cortex predicts post-error adaptations. **Journal of Neuroscience**, [s. l.], v. 31, n. 5, p. 1780-1789, 2011. Disponível em: <https://www.jneurosci.org/content/31/5/1780>. Acesso em: 18 maio 2025.

FESTINGER, L. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FESTINGER, L.; RIECKEN, H. W.; SCHACHTER, S. **When prophecy fails**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1956. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1965-01410-000>. Acesso em: 25 set. 2025.

FIGUEIREDO, M. F.; SALDANHA, G. S. Paul Otlet e as imagens na ciência da informação: notas históricas para uma teoria informacional da imagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em**

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ciência da Informação, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em:
<https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/473>. Acesso em: 06 ago. 2025.

FISCHHOFF, B.; BEYTH, R. I knew it would happen: Remembered probabilities of once—future things. **Organizational Behavior and Human Performance**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 1-16, 1975. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0030507375900021>. Acesso em: 18 maio 2025.

FISCHHOFF, B. *et al.* Evolving judgments of terror risks: foresight, hindsight, and emotion. **Journal of Experimental Psychology: Applied**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 124-139, 2005. Disponível em: DOI: 10.1037/1076-898X.11.2.124. Acesso em: 06 ago. 2025.

HANSSON, S. O. Definindo pseudociência e ciência. Tradução: Clarice de Medeiros Chaves Ferreira. Revisão de tradução: L. H. Marques Segundo. In: PIGLIUCCI, M.; BOUDRY, M. (Org.). **Philosophy of pseudoscience: reconsidering the demarcation problem**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013. p. 61–78. Disponível em:
<https://criticanarede.com/pseudociencia.html>. Acesso em: 06 ago. 2025.

HÖLZL, E.; KIRCHLER, E.; RODLER, C. Hindsight bias in economic expectations: I knew all along what I want to hear. **Journal of Applied Psychology**, [s. l.], v. 87, n. 3, p. 437-443, 2002. Disponível em: DOI: 10.1037/0021-9010.87.3.437. Acesso em: 06 ago. 2025.

KUHLTHAU, C. C. Inside the search process: Information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C361%3A%3AAID-ASI6%3E3.0.CO%3B2-%23>. Acesso em: 18 maio 2025

LEWANDOWSKY, S. *et al.* Misinformation and its correction: Continued influence and successful debiasing. **Psychological science in the public interest**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 106-131, 2012. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/1529100612451018>. Acesso em: 18 maio 2025.

MARCHIONINI, G. **Information seeking in electronic environments**. Cambridge university press, 1995.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, [s. l.], v. 50, n. 4, p. 370-396, 1943.

MASLOW, A. H. **Maslow on management**. Nova York: Wiley, 1998. 312 p. (Originalmente publicado em 1965 como Eupsychian Management).

MASLOW, A. H. **The farther reaches of human nature**. Nova York: Penguin, 1971.

MASLOW, A. H. **Toward a psychology of being**. 2. ed. Nova York: Van Nostrand, 1962.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

MILLER, S. S.; SAUCIER, D. A. Individual differences in the propensity to make attributions to prejudice. **Group Processes & Intergroup Relations**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 280-301, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1368430216674342>. Acesso em: 18 maio 2025.

MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. **Scarcity**: why having too little means so much. Nova York: Henry Holt and Company, 2013.

NAHL, D.; BILAL, D. (ed.). **Information and emotion**: The emergent affective paradigm in information behavior research and theory. Information Today, Inc., 2007.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2018. 700 p.

PAISLEY, W. J. Information needs and uses. In: CUADRA, C. A. (ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1968. v. 3, p. 1-30.

PANKSEPP, J. **Advances in biological psychiatry**. v. 1. Greenwich: JAI Press, 1995.

PANKSEPP, J. **Advances in biological psychiatry**. v. 2. Greenwich: JAI Press, 1996.

PANKSEPP, J. **Affective neuroscience**: the foundations of human and animal emotions. New York: Oxford University Press, 1998.

PANKSEPP, J. **A textbook of biological psychiatry**. New York: Wiley, 2004.

PANKSEPP, J. Emotional endophenotypes in evolutionary psychiatry. **Progress in Neuro-Psychopharmacology and Biological Psychiatry**, v. 30, n. 5, p. 774-784, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278584606000054?via%3Dihub> Acesso em: 18 maio 2025

PANKSEPP, J.; BIVEN, L. **The archaeology of mind**: neuroevolutionary origins of human emotion. New York: W. W. Norton & Company, 2012.

PAULA, C. P. A. Uma epistemologia genética dos ecossistemas de desinformação? Problema interdisciplinar/resposta transdisciplinar. **Palavra Clave** (La Plata), Buenos Aires, v. 10, n. 2, p. 1-14, abr./set. 2021. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe122> . Acesso em: 06 ago. 2025.

PILLOW, D. R.; MALONE, G. P.; HALE, W. J. The need to belong and its association with fully satisfying relationships: A tale of two measures. **Personality and individual differences**, v. 74, p. 259-264, 2015.

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 111-141.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

POMBO, O. **Interdisciplinaridade, ambições e limites**. [S. l.]: Relógio D'Água Editores, 2004.

ROESE, N. J.; VOHS, K. D. Hindsight bias. **Perspectives on Psychological Science**, v. 7, n. 5, p. 411-426, 2012. Disponível em: DOI: 10.1177/1745691612454303. Acesso em: 06 ago. 2025.

ROUBAKINE, N. **Introduction à la psychologie bibliologique**. Paris: Association Internationale en Bibliologie, 1998. v. 1.

SALDANHA, G. S. Luta de classes e epistemologia da organização do conhecimento: horizontes da teoria crítica via escola esquematológica estivalsiana. **ISKO Brasil**, n. 8, 2025. Disponível em: <https://isko.org.br/ojs/index.php/iskobrasil/article/view/96/67>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SAMPAIO, J. R. O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. **Revista de administração-RAUSP**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 5-16, 2009.

SHERMAN, L. E. *et al.* The power of the like in adolescence. **Psychological Science**, [s. l.], v. 27, n. 7, p. 1027-1035, 2016. Disponível em: DOI: 10.1177/0956797616645673. Acesso em: 06 ago. 2025.

STUM, David L. Maslow revisited: Building the employee commitment pyramid. **IEEE Engineering Management Review**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 49-49, 2003.

TANUS, G. F. S. C.; BERTI, I. C. L. W.; ROCHA, J. A. P. Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 27, p. 146-166, 2023.

VILLARICA, H. Maslow 2.0: a new and improved recipe for happiness. **The Atlantic**. 2011. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/health/archive/2011/08/maslow-20-a-new-and-improved-recipe-for-happiness/243486/>. Acesso em: 18 maio 2025.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **Journal of documentation**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999. Disponível em: https://www2.hawaii.edu/~donnab/lis610/TDWilson_Only_1999.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.